



Demonstrações Financeiras

Banco Rendimento S.A.

30 de junho de 2021 e 2020

Com Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras



30 de junho de 2021 e 2020

Índice

Relatório da administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	7
Demonstração dos resultados.....	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos as Demonstrações Financeiras, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

A Instituição

O Banco Rendimento mantém-se atuante no mercado de câmbio, figurando entre os maiores fornecedores de papel moeda para o mercado e com presença diferenciada na disponibilização de produtos, através da realização de operações de câmbio financeiro e turismo, importação e exportação de moedas, transferências internacionais, recebimentos de recursos do exterior, cartões pré-pagos nacionais e internacionais e abertura de conta corrente em moeda estrangeira. Na plataforma de serviços tem atuado fortemente no segmento de arrecadação de tributos de veículos automotores e soluções de pagamentos. No *Middle Market*, tem presença nas modalidades de empréstimos, financiamentos, descontos de títulos, Crédito Direto ao Consumidor - CDC, antecipação de recebíveis, fianças, repasses do BNDES e comércio exterior.

Nesse momento de contínuo desafio o Banco vem alcançando resultados positivos, justificados pela resiliência da administração, no tocante à manutenção dos negócios, relacionamento com clientes e parceiros e o dedicado cumprimento ao arcabouço regulatório, sempre na busca da qualidade do atendimento e geração de valor.

Mensagem da Administração

Principais destaques

Encerramos o primeiro semestre de 2021 com um lucro líquido de R\$ 37.790 Mil, crescimento de 15,26% em relação ao primeiro semestre de 2020, motivado pelo crescimento das receitas, câmbio e serviços. No mesmo período, o Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) foi de 19,52% a.a.

A carteira de crédito ampliada no primeiro semestre de 2021 foi de R\$ 1,4 Bi.

O índice de vencidos há mais de 90 dias da carteira de crédito, inclusive parcelas vincendas, situou-se em 0,33%.

A captação encerrou o primeiro semestre de 2021 com saldo de R\$ 2,0 Bi.

O Patrimônio Líquido encerrou 30 de junho de 2021 com saldo de R\$ 396 MM. O Índice de Basileia atingiu 15,10%.

Pandemia COVID-19

O Banco Rendimento nesse período de pandemia do COVID-19, vem seguindo todos os protocolos e determinações nos âmbitos federal, estadual e municipal, com vistas a preservar a integridade física dos nossos colaboradores e propiciar as necessárias



condições de trabalho e segurança do corpo funcional, com adequações das dependências do Banco, adoção de mecanismos tecnológicos para a estruturação de *home office*, para a redução dos impactos nas atividades operacionais e administrativas.

As medidas adotadas pelos órgãos reguladores refletiram positivamente no Banco, cujos efeitos foram associados às nossas estratégias e diretrizes, visando conseguirmos manter os negócios e identificar oportunidades em meio ao momento pós crise.

Com vistas à manutenção da higidez financeira do Banco, os impactos nas operações e nos demais negócios, foram mitigados com ações pontuais nos ativos que apresentaram maior nível de exposição, com a realização de renegociações e, repactuações das operações, em aderência às regulamentações do Banco Central.

Conjuntura Econômica

A economia mundial passou por uma profunda mudança de perspectiva desde o começo da pandemia (Covid-19). Os estímulos fiscais e monetários realizados por vários países desenvolvidos, motivaram uma forte recuperação da atividade econômica, ainda que assimétrica entre setores e regiões, e proporcionaram um ambiente mais favorável para as economias emergentes, inclusive pela elevação do apetite por ativos de maior risco neste primeiro semestre.

Na economia brasileira, o PIB cresceu 1,2% no 1º trimestre de 2021 em relação ao trimestre anterior, mesmo com a piora das condições sanitárias apresentadas no final de 2020 e a consequente adoção de novas medidas restritivas em março e abril deste ano, em continuidade ao processo de recuperação da atividade econômica e retorno ao patamar do último trimestre de 2019, superando as expectativas do início do ano. Essa tendência positiva vem sendo fortalecida com os dados apresentados pelos indicadores setoriais para abril - maio sobre o índice de confiança empresarial de junho.

Com relação a política monetária, o Banco Central deu início a um ciclo de aperto monetário que já levou a taxa básica de juros (Selic) de 2% a.a. – patamar em que se encontrava desde agosto do ano passado – para 4,25% a.a. em junho. A persistência da pressão inflacionária revela-se maior que o esperado, sobretudo entre os bens industriais. A lentidão da normalização nas condições de oferta, a resiliência da demanda e as implicações da deterioração do cenário hídrico sobre as tarifas de energia elétrica, contribuem para manter a inflação elevada no curto prazo, a despeito da recente apreciação do Real. O Copom abandonou sua sinalização de ajuste parcial da Selic e indicou que deve trazer a taxa até seu nível neutro.

No setor externo, as transações correntes registraram superávit de US\$ 2,8 bilhões em junho de 2021, ante superávit de US\$3,1 bilhões em junho de 2020. Na comparação interanual, o superávit comercial aumentou US\$1,4 bilhão, as despesas líquidas de renda primária US\$1,1 bilhão e o déficit na conta de serviços US\$0,6 bilhão. O déficit em transações correntes nos doze meses encerrados em junho de 2021 somou US\$19,6 bilhões (1,27% do PIB). Observa-se melhoras no saldo comercial (refletida pelo



desempenho das commodities), nas contas de serviços e rendas com baixos déficits nos fluxos de entrada de investimentos diretos e em carteira. O aumento das taxas de juros internas e a retomada da atividade econômica nos próximos trimestres devem garantir a continuidade dos fluxos positivos dos investimentos em carteira que, somados ao superávit em conta corrente e ao fluxo esperado de IED para o ano, se mostram compatíveis com fluxo favorável de dólares para o país nos próximos meses.

A atividade global segue mais positiva, com o avanço no combate à pandemia, porém a elevação da inflação em alguns países avançados traz incertezas quanto aos próximos passos da política monetária desses países, em especial nos EUA.

No cenário local, ainda que a instabilidade política e a cautela em relação ao andamento das reformas estruturais estejam no radar, os fatores positivos como o avanço da vacinação, reabertura da economia, alta liquidez global e fluxo positivo de entrada, gera expectativa de um crescimento mais sustentado da atividade econômica. A nossa projeção de crescimento do PIB é de 5,1% para 2021.

Governança Corporativa, Riscos e Controles Internos

O modelo de governança e de gerenciamento de riscos e capital encontra-se permeado por toda Organização nos diversos ambientes de controles, com estruturas de controle e compatíveis com a natureza das operações e aderentes às melhores práticas, assegurando a continuidade dos negócios, produtos e serviços, atividades, através de processos, sistemas e com efetivos controles da dimensão no tocante a exposição aos riscos.

A área de Riscos e Capital atua em conformidade com as diretrizes, políticas e alçadas definidas pela Alta Administração, focada no cumprimento dos requerimentos regulatórios, por meio de atuação independente e em perfeita sintonia na geração e preservação de valor econômico da Instituição.

Auditor Independente

A Ernst & Young Auditores Independentes é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações financeiras do Banco Rendimento. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos

A Administração do Banco Rendimento agradece a confiança depositada de seus clientes e parceiros, e ao empenho de seus colaboradores.

A Administração



São Paulo Corporate Towers
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 – Torre Norte
São Paulo – SP - Brasil
CEP 04543-011
Tel: (5511) 2573-3000
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e aos Administradores do
Banco Rendimento S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Rendimento S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Rendimento S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Emerson Morelli
Contador CRC-1SP249401/O-4

Banco Rendimento S.A.
 Balanços Patrimoniais
 Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)



	Notas	jun/21	dez/20
Ativo			
Ativo Circulante		<u>2.723.948</u>	<u>2.467.960</u>
Disponibilidades	4	440.092	367.296
Instrumentos Financeiros		<u>2.034.368</u>	<u>1.841.901</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	1.000.000	905.799
Títulos e valores mobiliários	6	25.838	14.442
Instrumentos financeiros derivativos	6e	59	8.406
Operações de crédito	8	572.073	557.600
Outros Ativos Financeiros	7	436.398	355.654
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8	(10.867)	(14.632)
Outros Ativos		<u>260.355</u>	<u>273.394</u>
Ativo não Circulante		<u>741.251</u>	<u>753.343</u>
Instrumentos Financeiros		<u>516.205</u>	<u>536.261</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	25.471	26.460
Títulos e valores mobiliários	6	217.262	213.782
Instrumentos financeiros derivativos		0	0
Operações de crédito	8	268.222	296.020
Outros Ativos Financeiros	7	5.250	0
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8	(32.818)	(21.477)
Outros Ativos		<u>95.243</u>	<u>93.564</u>
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	17c	90.694	81.946
Investimentos		<u>23.892</u>	<u>23.391</u>
Participações em Coligadas e Controladas	11	22.431	22.271
Outros Investimentos		1.461	1.120
Imobilizado de uso		<u>22.863</u>	<u>22.331</u>
Intangível		<u>47.652</u>	<u>41.981</u>
Depreciações e amortizações		(22.480)	(24.655)
Imobilizado de uso		(16.870)	(15.917)
Intangível		(5.610)	(8.739)
Total do ativo		<u><u>3.465.199</u></u>	<u><u>3.221.302</u></u>
Passivo			
Passivo Circulante		<u>2.160.813</u>	<u>1.838.303</u>
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		<u>1.879.167</u>	<u>1.572.766</u>
Depósitos	12	890.360	765.071
Captações no Mercado Aberto		155.307	5.529
Obrigações por Empréstimos	13	11.950	1.430
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	14	68.162	65.827
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15	101.264	7.765
Instrumentos Financeiros Derivativos	6 e	1.815	5.931
Outros Passivos Financeiros	6d, 7 e 9	650.309	721.212
Outros Passivos	25b, 16b	275.393	257.061
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidos		<u>6.253</u>	<u>8.477</u>
Passivo não Circulante		<u>908.502</u>	<u>1.004.584</u>
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		<u>779.836</u>	<u>858.482</u>
Depósitos	12	697.363	620.878
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	14	80.233	104.762
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15	2.240	132.842
Outros Passivos	25b, 16b	97.222	95.234
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidos		<u>30.976</u>	<u>50.486</u>
Resultado de exercícios futuros		<u>468</u>	<u>382</u>
Patrimônio Líquido	19	<u>395.884</u>	<u>378.415</u>
Capital social		300.000	300.000
Reserva de Lucros		73.845	78.573
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(98)	(158)
Lucros Acumulados		<u>22.136</u>	<u>-</u>
Total do passivo		<u><u>3.465.199</u></u>	<u><u>3.221.302</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Rendimento S.A.
 Demonstração do Resultado
 Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)



	Notas	jun/21	jun/20
Receitas da intermediação financeira		<u>184.465</u>	<u>181.313</u>
Operações de crédito		76.863	72.817
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		15.571	12.745
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6h	(7.679)	10.214
Resultado de operações de câmbio		99.710	85.537
Despesas da intermediação financeira		<u>(36.528)</u>	<u>(51.716)</u>
Captações no mercado		(17.914)	(20.914)
Empréstimos e repasses		(5.082)	(20.710)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(13.532)	(10.092)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>147.937</u>	<u>129.597</u>
Outras receitas/despesas operacionais		<u>(86.811)</u>	<u>(88.106)</u>
Receitas de prestação de serviços	20	81.294	66.533
Despesas de pessoal	21	(67.670)	(67.570)
Outras despesas administrativas	22	(54.136)	(39.661)
Despesas tributárias	23	(15.188)	(14.245)
Outras despesas operacionais	24	(39.964)	(44.095)
Outras receitas operacionais	24b	8.693	10.640
Resultado de participação em controladas	11	160	292
Resultado operacional		<u>61.126</u>	<u>41.491</u>
Outras receitas e despesas		<u>25</u>	<u>(910)</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		<u>61.151</u>	<u>40.581</u>
Imposto de renda e contribuição social	17	<u>(22.179)</u>	<u>(6.812)</u>
Imposto de renda		(17.022)	(12.148)
Contribuição social		(13.954)	(8.405)
Ativo fiscal diferido		8.797	13.741
Participações estatutárias no lucro		<u>(1.182)</u>	<u>(983)</u>
Lucro líquido do semestre		<u>37.790</u>	<u>32.786</u>
Quantidade de ações		149.118	149.118
Lucro líquido por ação		253,42	219,87

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Rendimento S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



	jun/21	jun/20
Lucro líquido	<u>37.790</u>	<u>32.786</u>
Outros resultados abrangentes	<u>60</u>	<u>(16)</u>
Ajustes de avaliação patrimonial		
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(109)	(30)
Impostos diferidos sobre ajustes de avaliação patrimonial	<u>49</u>	<u>14</u>
Resultado abrangente	<u><u>37.850</u></u>	<u><u>32.770</u></u>

Banco Rendimento S.A.
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)



		Capital Realizado	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
				Legal	Outras			
Saldos em 31 de dezembro de 2019		230.000	-	6.601	85.250	(1)	-	321.850
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	32.786	32.786
Ajuste de avaliação patrimonial	6a	-	-	-	-	(16)	-	(16)
Constituição de reserva legal		-	-	1.639	-	-	(1.639)	(0)
Juros sobre o capital próprio	19b	-	-	-	-	-	(8.700)	(8.700)
Saldos em 30 de junho de 2020		230.000	-	8.240	85.250	(17)	22.447	345.920
Saldos em 31 de dezembro de 2020		300.000	-	7.041	71.531	(158)	-	378.414
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	37.790	37.790
Ajuste de avaliação patrimonial	6a	-	-	-	-	60	-	60
Constituição de reserva legal		-	-	1.890	-	-	(1.890)	-
Distribuição de dividendos	19b	-	-	-	(6.617)	-	(5.382)	(11.999)
Juros sobre o capital próprio	19b	-	-	-	-	-	(8.381)	(8.381)
Saldos em 30 de junho de 2021		300.000	-	8.931	64.914	(98)	22.136	395.884

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Rendimento S.A.
 Demonstração dos Fluxos de Caixa
 Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)



	Nota	jun/21	jun/20
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		53.433	44.612
Lucro líquido		37.790	32.786
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido		14.184	11.826
Ajuste a mercado de TVM e instrumentos financeiros derivativos		7.814	(2.480)
Atualização monetária de contingências		949	981
Atualização monetária de depósitos judiciais		(732)	(610)
Depreciações e amortizações		4.251	1.336
Resultado de participações em coligadas e controladas	11	(160)	(292)
Impostos diferidos		(8.797)	(13.741)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		9.948	10.092
Provisões e reversões operacionais		911	15.401
Provisão outros valores e bens		-	1.139
(Aumento)/redução em ativos e Aumento/(redução) de passivos		148.373	113.693
Aplicações interfinanceiras de liquidez		989	(1.421)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(14.283)	(143.004)
Relações interfinanceiras		(171.870)	94.590
Redução em relações interdependências		(6.290)	41.499
Operações de crédito		10.953	194.287
Outros créditos		638	(101.574)
Outros valores e bens		1.795	1.386
Depósitos		201.773	(326.891)
Captações no mercado aberto		149.778	38.997
Recursos de aceites e emissão de títulos		(37.102)	66.820
Obrigações por empréstimos no exterior		10.520	13.934
Obrigações por empréstimos e repasses		(22.194)	85.091
Outras obrigações		26.297	149.951
Resultado de exercícios futuros		86	28
Caixa líquido gerado/(aplicado) em atividades operacionais		200.346	158.305
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Alienação de imobilizado de uso		26	30
Redução de intangível		201	57
Aquisição de investimentos		(341)	(230)
Aquisição de imobilizado de uso		(407)	(6.737)
Aplicações no intangível		(12.448)	(2.889)
Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimentos		(12.969)	(9.769)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de juros sobre o capital próprio		(8.381)	(8.700)
Provisionamento/pagamento de dividendos		(11.999)	-
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades de financiamentos		(20.380)	(8.700)
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa		166.997	139.836
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		1.273.095	872.409
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre		1.440.092	1.012.244
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa		166.997	139.835

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto operacional

O Banco Rendimento S.A. ("Instituição, Banco ou Banco Rendimento") com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 8501 – 10º andar, é uma sociedade anônima de capital fechado, em conjunto com suas controladas (conjuntamente denominadas "Grupo Rendimento") tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, permitidas aos bancos comerciais, inclusive carteira de câmbio, crédito, cartões pré-pagos, soluções de pagamento e o exercício da administração de títulos e valores mobiliários. Os benefícios dos serviços prestados entre as instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

A partir das demonstrações financeiras elaboradas em 2020, foram incluídos nas divulgações do Banco Rendimento, os procedimentos constantes das Resoluções CMN nº 4.818/20 e BCB nº 2/20. Seguem as principais alterações implementadas: as rubricas do Balanço Patrimonial por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial comparativamente com os saldos do período social imediatamente anterior e as demais demonstrações comparadas com o mesmo período anterior; evidenciação, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 12 de agosto de 2021.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações



no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro, são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Moeda funcional

As demonstrações financeiras do Banco Rendimento estão representadas em Reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

e) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzido dos efeitos tributários.



Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos e, como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

f) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco de crédito, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência e aos riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira, conforme demonstrado na Nota 8.

g) Ativos financeiros disponível para venda

Os ativos financeiros estão representados basicamente por bens reintegrados e recebidos em dação de pagamento, disponíveis para venda, registrados pelo menor valor, conforme Resolução CMN nº 4.747/19, verificado entre a posição contábil ajustada por meio da constituição de provisão para desvalorização e o pelo valor justo objeto de avaliação.

h) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.



i) Imobilizado de Uso

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

Os bens estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 4% a.a. para edificações, 10% a.a. para instalações, móveis e utensílios e sistemas de comunicação e 20% a.a. para os demais itens.

j) Intangível

São compostos por direitos adquiridos e investimentos em desenvolvimento que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

k) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*Impairment*)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08 e em observância ao Pronunciamento Técnico 001, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

l) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia, sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes na data do balanço. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.



m) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

n) Operações de câmbio

A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira é a da data de fechamento. Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas das demonstrações do resultado, conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

(i) Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

(iii) Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se as demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.



p) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações, na data das demonstrações financeiras.

q) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

r) Eventos Subsequentes

São considerados os eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, evidenciados basicamente pelas condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

s) Resultados Recorrentes e não Recorrentes

Conforme determinado pela Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, os resultados recorrentes e não recorrentes devem ser divulgados de forma segregada, já relacionados ou não, incidentalmente, com as atividades típicas da instituição, não previstos para ocorrer com frequência nos períodos futuros. Os efeitos desses eventos, considerados não recorrentes, encontram-se evidenciados na Nota Explicativa 26.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Disponibilidades	440.092	367.296
Aplicações no mercado aberto - (Nota 5)	1.000.000	905.799
Total	<u>1.440.092</u>	<u>1.273.095</u>



5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	jun/21	dez/20
Circulante		
Aplicações no mercado aberto – Posição Bancada		
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	(329.999)	(465.800)
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	(530.005)	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	(439.999)
Total posição bancada (Nota 4)	<u>(860.004)</u>	<u>(905.799)</u>
Aplicações no mercado aberto – Posição Financiada		
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	(139.996)	-
Total posição financiada (Nota 4)	<u>(139.996)</u>	<u>-</u>
Não Circulante		
Aplicações em moeda estrangeira		
Aplicações em moeda estrangeira	(25.471)	(26.460)
Total de aplicações em moeda estrangeira	<u>(25.471)</u>	<u>(26.460)</u>
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>(25.471)</u>	<u>(26.460)</u>
Total	<u><u>(1.025.471)</u></u>	<u><u>(932.259)</u></u>

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição por classificação dos títulos e valores mobiliários

	jun/21			dez/20		
	Valor de Curva	Ajustes a Mercado ⁽¹⁾	Valor de Mercado	Valor de Curva	Ajustes a Mercado	Valor de Mercado
Títulos para negociação						
Carteira própria – Livres	10.224	-	10.224	2.281	-	2.281
Cotas de fundos de investimento	10.224	-	10.224	2.281	-	2.281
Total de títulos para negociação	<u>10.224</u>	<u>-</u>	<u>10.224</u>	<u>2.281</u>	<u>-</u>	<u>2.281</u>
Títulos disponíveis para venda						
Carteira própria – Livres	144.992	(3.695)	141.297	136.006	(182)	135.824
Letras Financeiras do Tesouro	133.044	(111)	132.933	129.060	(182)	128.878
Letras Financeiras	-	-	-	6.946	-	6.946
Debêntures	11.948	(3.584)	8.364	-	-	-
Vinculados a operações compromissadas						
Letras Financeiras do Tesouro	15.330	(11)	15.319	5.540	(6)	5.534
Vinculados a prestação de garantias						
Letras Financeiras do Tesouro	76.315	(55)	76.259	84.683	(99)	84.584
Total de títulos disponíveis para venda	<u>236.637</u>	<u>(3.762)</u>	<u>232.875</u>	<u>226.230</u>	<u>(287)</u>	<u>225.943</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u><u>246.861</u></u>	<u><u>(3.762)</u></u>	<u><u>243.099</u></u>	<u><u>228.511</u></u>	<u><u>(287)</u></u>	<u><u>228.224</u></u>

(1) Os títulos públicos, custodiados no Selic foram ajustados a valor de mercado, sendo efetuada a comparação com as taxas divulgadas pela ANBIMA, em contrapartida à conta de ajuste de valor patrimonial, no patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, perfazendo o montante de R\$ 60 (R\$ 16 negativo em jun/2020 e R\$ 141 negativo em dez/20).



b) Composição por vencimento dos títulos e valores mobiliários

	jun/21				dez/20
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Cotas de fundos de investimento	1.739	-	-	8.485	10.224
Letras Financeiras do Tesouro	-	6.918	17.181	200.413	224.512
Letras Financeiras	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	8.364	8.364
Total	1.739	6.918	17.181	217.262	243.100
					228.224

c) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco Rendimento opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção (*hedge econômico*) contra o risco de mercado, decorrentes das operações de câmbio quanto as flutuações das taxas de juros e cambial.

O gerenciamento da necessidade de *hedge* é realizado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições em moeda estrangeira e de Reais subdivididas nos diversos indexadores (pré, TR, IGP-M e TJLP). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os quais são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários.

Composição analítica dos instrumentos financeiros derivativos

d) Contratos de mercado futuro

Representados por contratos de mercado futuro que conforme determinação do Bacen, são registrados em contas de compensação pelo valor do contrato atualizado pelo índice de variação das taxas pactuadas.

	jun/21		dez/20	
	Valor de referência	Ajuste diário a receber/ (pagar)	Valor de referência	Ajuste diário a receber/ (pagar)
Contratos de futuros ⁽¹⁾				
Posição comprada				
Dólar	138.740	(501)	169.635	(531)
Total posição comprada	138.740	(501)	169.635	(531)
Posição vendida				
Dólar	-	-	5.180	-
Total posição vendida	-	-	5.180	-
Total Contratos de Futuro	138.740	(501)	174.815	(531)

(1) Os ajustes diários, de contratos futuros a pagar no valor de R\$ 501 (R\$ 531 a pagar em 2020), encontram-se registrados na rubrica de Negociação e Intermediação de Valores. Estas operações foram custodiadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.



e) Contratos a termo NDF

A carteira de contratos a termo de moeda sem entrega física – NDF (*Non Deliverable Forward*) registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão é assim assumida:

				jun/21	dez/20
	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar	Posição Líquida	Posição Líquida
Termo de moedas:					
Posição comprada					
Euro x Dólar	117.146	-	-	-	2.232
Dólar Canadense x Dólar	2.654	-	-	-	-
Real x Dólar	-	-	-	-	6.525
Total posição comprada	<u>119.801</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.757</u>
Posição vendida					
Libra Esterlina x Dólar	3.881	-	-	-	(183)
Dólar Australiano x Dólar	2.177	59	-	59	(168)
Real x Dólar	-	-	(1.815)	(1.815)	(5.931)
Total posição vendida	<u>6.058</u>	<u>59</u>	<u>(1.815)</u>	<u>(1.755)</u>	<u>(6.282)</u>
Total NDF	<u>125.859</u>	<u>59</u>	<u>(1.815)</u>	<u>(1.755)</u>	<u>2.475</u>

f) Composição por vencimento

	jun/21	dez/20
Valor de referência – Compensação	Até 3 meses	Até 3 meses
Contratos de futuro – Compra	138.740	169.635
Contratos de futuro – Venda	-	5.180
Contratos a termo – Compra	119.801	340.039
Contratos a termo – Venda	6.058	229.132
Total	<u>264.599</u>	<u>743.986</u>

g) Margem de garantia

São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

	jun/21	dez/20
Vinculados a prestação de garantias		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT – (Nota 6a)	(76.259)	(84.584)
Total	<u>(76.259)</u>	<u>(84.584)</u>



h) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Os resultados obtidos com as operações de instrumentos financeiros derivativos, nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, estão demonstrados a seguir:

	jun/21			dez/20		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Futuros	136.652	(140.480)	(3.828)	185.140	(190.518)	(5.378)
Operações a termo – NDF próprio	1.995	(6.323)	(4.329)	14.812	(5.278)	9.534
Operações a termo – NDF Clientes	25.764	(25.286)	478	89.920	(85.463)	4.457
Total	164.410	(172.089)	(7.679)	289.872	(281.259)	8.613

7. Relações interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto pelas posições ativas e passivas distribuídas conforme abaixo:

	jun/21	dez/20
Posições Ativas		
Correspondentes no país	(3.893)	(2.181)
Depósitos no Banco Central	(18.484)	(6.714)
Pagamentos e recebimentos a liquidar	(22.893)	-
Transações de pagamento	(396.379)	(346.758)
Total Posições Ativas	(441.649)	(355.654)
Posições Passivas		
Correspondentes no país	222.452	427.708
Pagamentos e recebimentos a liquidar	120.641	1.260
Total Posições Passivas	343.093	428.968
Total	(98.556)	73.314

8. Operações de crédito

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as operações de crédito estavam assim representadas:

a) Composição da carteira de crédito

	jun/21	dez/20
Operações de crédito		
Capital de giro	424.963	434.859
BNDES/FINAME	150.119	172.638
Confirme	119.831	126.414
Conta garantida	76.575	72.334
Financiamentos em moeda estrangeira	11.952	1.464
Crédito pessoal	32.622	27.940
Cheque especial	6.189	5.701
Títulos descontados	13.862	8.966
Confissão de dívida	1.476	647
Crédito direto ao consumidor	2.496	2.161
Adiantamento a depositantes	210	494
Total	840.295	853.619



Outros créditos		
Adiantamentos sobre contrato de câmbio - (Nota 9)	45.275	44.137
Rendas a receber - (Nota 9)	6.740	5.606
Adiantamento sobre cambiais entregues (Nota 9)	5.209	4.741
Total	<u>57.224</u>	<u>54.485</u>
Total Geral	<u>897.519</u>	<u>908.104</u>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(29.424)	(25.569)
Provisão para outras perdas esperadas associadas ao risco de crédito	<u>(14.261)</u>	<u>(10.539)</u>
Total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	<u>(43.685)</u>	<u>(36.108)</u>

b) Composição da carteira – por tipo de cliente e atividade

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Pessoa jurídica - Setor privado		
Construção e imobiliário	141.586	168.924
Comércio	142.718	126.500
Máquinas e equipamentos	67.209	65.967
Serviços privados	184.682	171.794
Químico e petroquímico	51.376	53.405
Educação, saúde e outros serviços sociais	74.123	71.245
Mineração	41.905	40.705
Transportes	40.631	39.030
Financeiro	39.654	33.236
Petróleo e gás natural	5.729	52.390
Alimentos e bebidas	21.935	21.251
Têxtil e confecções	12.523	9.231
Madeira e móveis	14.604	2.427
Eletroeletrônicos	853	8
Siderurgia e metalurgia	13.257	14.847
Outros	7.165	4.128
Total	<u>859.950</u>	<u>875.088</u>
Pessoas físicas	<u>37.569</u>	<u>33.016</u>
Total da carteira	<u>897.519</u>	<u>908.104</u>

c) Composição da carteira por vencimento

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Vencidas:		
Acima de 14 dias	34.657	8.737
A vencer:		
até 90 dias	285.442	288.406
de 91 a 365 dias	306.198	314.941
acima de 365 dias	<u>268.222</u>	<u>296.020</u>
Total da carteira por vencimento	<u>897.519</u>	<u>908.104</u>



d) Concentração da carteira

	jun/21		dez/20	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	333.913	37,20%	352.464	38,81%
50 seguintes maiores devedores	452.703	50,44%	436.553	48,07%
100 seguintes maiores devedores	105.359	11,74%	100.798	11,10%
Demais devedores	5.544	0,62%	18.289	2,01%
Total da carteira	897.519	100%	908.104	100%

e) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, está distribuída entre os seguintes níveis de risco:

Nível de Risco	% Provisão	A vencer	Vencidas ⁽¹⁾	Total	jun/21
					Provisão
A	0,5	520.951	383	521.334	(2.607)
B	1	165.494	988	166.482	(1.665)
C	3	81.678	1.146	82.824	(2.485)
D	10	72.087	13.547	85.634	(8.563)
E	30	53	1.187	1.240	(372)
F	50	12	11.577	11.589	(5.795)
G	70	-	20.723	20.723	(14.506)
H	100	504	7.189	7.693	(7.693)
Total		840.779	56.740	897.519	(43.685)

Nível de Risco	% Provisão	A vencer	Vencidas ⁽¹⁾	Total	dez/20
					Provisão ⁽²⁾
A	0,5	520.721	64	520.785	(2.604)
B	1	153.273	19	153.292	(1.533)
C	3	88.533	65	88.598	(2.658)
D	10	117.394	5.695	123.089	(20.290)
E	30	18.669	7	18.676	(5.603)
F	50	34	287	321	(161)
G	70	4	272	276	(193)
H	100	624	2.443	3.067	(3.067)
Total		899.252	8.852	908.104	(36.108)

(1) A coluna "Vencidas" refere-se ao saldo contábil das operações vencidas acima de 14 dias.

(2) Provisão adicional constituída em dez/20 e não motivada para jun/21 por força das adequações realizadas no semestre.



f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito apresentou as seguintes movimentações:

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Saldo Inicial	(36.108)	(21.798)
Constituição	(26.402)	(45.186)
Reversão	16.454	19.110
Baixas de créditos contra prejuízo	2.371	11.766
Saldo Final	<u>(43.685)</u>	<u>(36.108)</u>

g) Créditos renegociados e recuperados

Os créditos renegociados, no semestre findo em 30 de junho de 2021, totalizaram R\$ 1.168 (R\$ 24.692 em 31 de dezembro de 2020).

Os créditos recuperados, no semestre findo em 30 de junho de 2021, totalizaram R\$ 1.069 (R\$ 2.408 em 30 de junho de 2020).

h) Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros

A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, em 30 de junho de 2021, correspondiam a R\$ 101.880 (R\$ 118.795 em 31 de dezembro de 2020) com provisão para perdas no montante de R\$ 709 (R\$ 720 em 31 de dezembro de 2020).

9. Carteira de câmbio

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a carteira de câmbio do Banco Rendimento está formada como segue:

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Ativo Circulante		
Câmbio comprado a liquidar	81.827	69.513
Direitos sobre venda de câmbio	143.253	156.517
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - (Nota 8a)	6.740	5.606
(-) Adiantamentos em moedas nacionais recebidas	(2.006)	(24)
Total do ativo circulante	<u>229.814</u>	<u>231.612</u>
Passivo Circulante		
Obrigações por compra de câmbio	75.596	57.608
Câmbio vendido a liquidar	141.290	156.115
(-) Adiantamento de contrato de câmbio - (Nota 8a)	(50.484)	(48.878)
Total do passivo circulante	<u>166.402</u>	<u>164.845</u>

10. Outros créditos - diversos

Banco Rendimento S.A.
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)



	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Circulante		
Impostos e contribuições a compensar	16.356	27.853
Títulos e créditos a receber - sem características de concessão de crédito ⁽ⁱ⁾	2.304	1.089
Devedores diversos – no país	4.952	650
Adiantamento de salários	2.148	482
Rendas a receber	2.646	1.869
Outros	1.751	4.993
Total do circulante	<u>30.157</u>	<u>36.936</u>
Não Circulante		
Devedores diversos – no país	150	2.024
Títulos e créditos a receber - sem características de concessão de crédito ⁽ⁱ⁾	25	-
Total do Não Circulante	<u>175</u>	<u>2.024</u>
Total	<u>30.332</u>	<u>38.960</u>

(i) Refere-se substancialmente, a liquidação das vendas dos cartões pré-pagos, por parte das Distribuidoras/Corretoras de câmbio (Resellers) que comercializam o produto.

11. Participação em controladas

	Cotação Serviços Financeiros Ltda.		
	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>	<u>jun/20</u>
Quantidade de cotas possuídas	1.381.522.683	891.522.683	891.522.683
Capital social	13.815	13.815	13.815
Patrimônio líquido	22.432	22.271	22.165
Resultado do semestre	160	398	292
Percentual de participação	99,99%	99,99%	99,99%
Saldo do investimento	<u>22.432</u>	<u>22.271</u>	<u>22.165</u>
Resultado de equivalência patrimonial	<u>160</u>	<u>398</u>	<u>292</u>

12. Depósitos

As captações em depósitos à vista, interfinanceiros, a prazo, em moedas estrangeiras são negociadas a taxas usuais de mercado e seus vencimentos estão assim distribuídos:

Composição da carteira

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Depósitos à vista		
Pessoa jurídica	364.733	350.036
Pessoa física	132.281	36.136
Instituições financeiras	11.788	5.458
	<u>508.802</u>	<u>399.159</u>
Depósitos interfinanceiros		
Depósitos interfinanceiros	228.879	85.838
	<u>228.879</u>	<u>85.838</u>
Depósitos a prazo		
Pessoa jurídica	639.890	710.200
Pessoa física	173.937	178.986
Instituições financeiras	36.216	11.767
	<u>850.043</u>	<u>900.953</u>
Total de depósitos	<u>1.587.724</u>	<u>1.385.950</u>



a) Composição da carteira por vencimento

					jun/21	dez/20
	Sem Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Depósitos à vista	208.372	-	-	-	208.372	144.244
Depósitos em moeda estrangeira	300.430	-	-	-	300.430	254.915
Depósitos interfinanceiros	-	5.019	-	223.860	228.879	85.838
Depósitos a prazo	-	114.272	262.268	473.503	850.043	900.953
Total	508.802	119.291	262.268	697.363	1.587.724	1.385.950

b) Concentração dos depositantes

	jun/21	dez/20
10 maiores depositante	713.640	519.041
50 seguintes maiores depositantes	472.148	416.623
100 seguintes maiores depositantes	218.706	207.507
Demais depositantes	183.231	242.779
Total da carteira	1.587.724	1.385.950

13. Obrigações por empréstimos

	jun/21		dez/20
	Taxa média	Até 90 dias	Total
Empréstimos no exterior	3,98%	11.950	11.950
Total		11.950	11.950

14. Obrigações por repasses – Instituições Oficiais

	jun/21			dez/20
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
BNDDES	14.214	42.561	67.737	124.512
FINAME	3.075	8.312	12.496	23.883
Total	17.289	50.873	80.233	148.395

15. Recursos de aceites e emissão de títulos

	jun/21			dez/20
	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Letras de crédito imobiliário	1.956	2.240	4.196	9.974
Letras financeiras	99.308	-	99.308	130.633
Total	101.264	2.240	103.504	140.607

16. Outras obrigações



a) Fiscais e previdenciárias

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	6.253	8.478
Total do circulante	<u>6.253</u>	<u>8.477</u>
Não Circulante		
Provisão para impostos sobre o lucro	30.976	50.486
Total do Não Circulante	<u>30.976</u>	<u>50.485</u>
Total	<u>37.229</u>	<u>58.962</u>

b) Diversas

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Circulante		
Cartões pré-pagos em moeda estrangeira	179.664	191.170
Provisão para pagamentos a efetuar	28.590	24.037
Credores diversos no país	36.340	10.646
Sociais e estatutárias	29.627	30.010
Outras	1.172	1.199
Total do circulante	<u>275.393</u>	<u>257.061</u>
Não Circulante		
Provisão para pagamentos a efetuar	1.437	-
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 8h)	709	720
Total do Não Circulante	<u>2.146</u>	<u>720</u>
Total	<u>277.539</u>	<u>257.781</u>

17. Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstração da despesa de imposto de renda e contribuição social

	<u>jun/21</u>	<u>jun/20</u>
Valores correntes	<u>(30.976)</u>	<u>(20.553)</u>
IR e CSLL no País – Corrente	(30.976)	(20.553)
Valores diferidos	8.797	13.741
Diferenças temporárias	8.797	13.741
Total	<u>(22.179)</u>	<u>(6.812)</u>

b) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	<u>jun/21</u>	<u>jun/20</u>
Resultado antes dos tributos e participações	61.151	40.581
Encargo total do IR (25%) e CSLL (25% de julho a dezembro de 2021, 20% em 2020)	(28.785)	(18.261)
Encargos sobre JCP	3.772	3.915
Encargos sobre participação em controladas	72	131
Participação de empregados no lucro	1.799	442
Outros valores	963	6.961
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	<u>(22.179)</u>	<u>(6.812)</u>



c) Créditos tributários

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no semestre:

Descrição	Saldo			Saldo 30/06/2021
	31/12/2020	Constituição	Realização	
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	31.806	7.678	(194)	39.290
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS	20.831	98	-	20.929
Provisão para contingências	6.679	175	(349)	6.505
Provisão para participação nos lucros	3.760	1.482	(3.442)	1.800
Outros	18.870	9.328	(6.028)	22.170
Total	81.946	18.761	(10.013)	90.694

Os créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável futuro para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores. A compensação desses créditos ocorrerão dentro do prazo permitido pela Resolução CMN nº 4.842/20, condicionados à natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis. O Banco não apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Para o período compreendido entre julho de 2021 e dezembro de 2021 a alíquota da CSLL será majorada em 5% para Instituições Financeiras de acordo com a Lei 14.183/2021. Os impactos dessa majoração serão refletidos nas bases do crédito tributário.

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Acima de 5 anos	Total
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	13.990	15.077	4.768	-	-	-	5.455	39.290
Provisão para contingências fiscais PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	20.929	20.929
Provisão para contingências	-	1.720	869	223	22	6	3.665	6.505
Provisão para participação nos lucros	-	1.800	-	-	-	-	-	1.800
Outras Provisões	-	22.170	-	-	-	-	-	22.170
Total	13.990	40.767	5.637	223	22	6	30.049	90.694
Valor presente	13.071	37.738	5.186	205	20	5	27.309	83.534

Com base nas projeções de resultados, a Administração considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 83.534 utilizada a taxa de custo de captação (Selic) estipulada para os respectivos períodos.



18. Transações com partes relacionadas

	jun/21		dez/20		jun/20	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Cartões pré-pagos	1.214	484	(423)	492	(249)	-
Cotação DTVM S.A.	1.214	-	(423)	-	(249)	-
Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.	-	484	-	492	-	-
Carteira de câmbio	432	1.922	-	(2.788)	122	(2.833)
Cotação DTVM S.A.	432	1922	-	(2.788)	122	(2.833)
Depósitos à vista	(5.667)	-	(14.785)	-	(10.094)	-
Cotação DTVM S.A.	(307)	-	(10.262)	-	(6.537)	-
Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.	(1.478)	-	(2.746)	-	(1.330)	-
Pessoas físicas	(3.625)	-	(998)	-	(1.302)	-
Mac Participações e Controladas	(146)	-	(169)	-	(566)	-
Action Empreend e Participações Ltda.	(2)	-	(6)	-	(3)	-
Cotação Câmbio e Turismo Ltda.	(5)	-	(2)	-	(3)	-
Cotação Serviços Financeiros Ltda.	(2)	-	(2)	-	(1)	-
Rendimento Holding S.A.	(2)	-	(1)	-	(1)	-
Outros	(100)	-	(689)	-	(351)	-
Certificado de depósito bancário	(196.623)	(2.960)	(208.450)	(5.363)	(184.573)	(3.230)
Mac Participações e Controladas	(94.665)	(1.401)	(95.630)	(2.799)	(105.828)	(1.892)
Pessoas físicas	(52.387)	(919)	(56.505)	(1.240)	(38.284)	(685)
Cotação Serviços Financeiros Ltda.	(21.586)	(284)	(21.351)	(596)	(21.618)	(377)
Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.	(15.479)	(202)	(25.243)	(370)	(10.967)	(194)
Adm Venture Capital Ltda.	(1.506)	(17)	(1.107)	(41)	(998)	(19)
Rendimento Holding S.A.	-	(2)	(833)	(11)	(694)	(7)
Ades Investimentos e Participações Ltda	(5)	(5)	(309)	(20)	(439)	(16)
Cotação Câmbio e Turismo Ltda.	(414)	(5)	(391)	(11)	(387)	(7)
Action Empreend e Participações Ltda.	(48)	-	(8)	(1)	(24)	(1)
Outros	(10.533)	(124)	(7.073)	(275)	(5.334)	(32)
Letras de crédito imobiliário	(2.310)	(43)	(6.951)	(553)	(21.327)	(446)
Pessoas físicas	(2.310)	(43)	(6.951)	(553)	(21.327)	(446)
Obrigações por operações compromissadas	(8.620)	(88)	(3.038)	(170)	(5.694)	(126)
Cotação DTVM S.A.	(8.620)	(88)	(3.038)	(170)	(5.694)	(126)
Outras receitas/despesas operacionais e administrativas	(1.081)	(6.359)	(1.398)	(11.443)	(1.398)	(4.942)
Cotação DTVM S.A.	(1.081)	(6.359)	(1.138)	(11.492)	(1.403)	(4.942)
Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.	-	-	(123)	49	5	-

a) Saldo das transações

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais de mercado no tocante a encargos e prazos.

b) Remuneração da Administração



Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social da Instituição, observado o limite percentual de 30% de acordo com Resolução CMN 4.820/20. O Banco Rendimento incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos administradores:

	2021	2020
Remuneração fixa	8.500	8.500
Remuneração variável	2.200	2.200
Encargos sociais	2.089	2.089
Total	<u>12.789</u>	<u>12.789</u>

O Banco Rendimento não oferece benefícios de longo prazo, pós-emprego, rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

19. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social, totalmente integralizado é de R\$ 300.000, é representado por 149.118 mil ações nominativas, sendo 74.559 ordinárias e 74.559 preferenciais, sem valor nominal.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas asseguram ao acionista a prioridade de reembolso do capital e o direito de participação na distribuição de dividendos e bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

b) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da Diretoria, mediante Assembleia Geral dos Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. No semestre findo em 30 de junho de 2021 foi deliberada a distribuição de dividendos no montante R\$ 5.382 – R\$ 36,10 por ação (R\$ 6.617 – R\$ 44,38 por ação em 31 de dezembro de 2020 e em junho de 2020 não foram distribuídos dividendos).

No semestre findo em 30 de junho de 2021, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 8.381 referente aos lucros acumulados (R\$ 8.200 em 31 de dezembro de 2020), calculados com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP), nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.249/95. O benefício fiscal decorrente da distribuição de juros sobre o capital próprio reduziu os encargos de imposto de renda e contribuição social do semestre no montante de R\$ 3.352 (R\$ 3.280 em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 8.700 em 30 de junho de 2020).

c) Reservas de lucros



Reserva Legal: o Banco Rendimento deve destinar 5% do lucro líquido de cada semestre social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

Outras Reservas: composta por lucros obtidos e com destinação de dividendos no montante de R\$ 6.617, conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021.

A Administração possui plano e aval da assembleia caso as reservas de lucros excedam o valor de capital.

20. Receitas de prestação de serviços

	<u>jun/21</u>	<u>jun/20</u>
Serviços de compensação	24.716	29.571
Câmbio	40.899	22.295
Arrecadações	6.513	5.589
Serviços bancários	2.078	2.133
Cobrança	1.222	1.840
Transações de pagamento	2	1.538
Garantias prestadas	966	812
Outros serviços	4.898	2.755
Total	<u>81.294</u>	<u>66.533</u>

21. Despesas de pessoal

	<u>jun/21</u>	<u>jun/20</u>
Proventos	40.180	42.453
Encargos sociais	11.371	11.651
Benefícios	9.555	8.032
Honorários	5.979	5.194
Outras	585	240
Total	<u>67.670</u>	<u>67.570</u>

22. Outras despesas administrativas

	<u>jun/21</u>	<u>jun/20</u>
Serviços do sistema financeiro	12.205	10.987
Transportes	8.222	9.048
Processamento de dados	15.590	8.707
Aluguéis	2.420	2.400
Depreciação/Amortização	4.251	1.336
Serviços técnicos especializados	3.089	1.211
Contribuições filantrópicas	1.192	1.069
Serviços de terceiros	1.120	926
Comunicações	846	612
Relações públicas	498	428
Vigilância e segurança	348	374
Manutenção e conservação de bens	580	326
Outras despesas administrativas	1.787	1.668
Condomínio	536	439
Propaganda e publicidade	1.452	130
Total	<u>54.136</u>	<u>39.661</u>

23. Despesas tributárias



	jun/21	jun/20
Cofins	9.032	8.211
ISS	4.015	3.240
PIS	1.467	1.335
Outras	674	1.459
Total	<u>15.188</u>	<u>14.245</u>

24. Outras receitas e despesas operacionais

a) Outras receitas operacionais

	jun/21	jun/20
Reversão de provisões operacionais	(371)	-
Recuperação de despesas	(1.514)	(1.304)
Confirme	(5.582)	(8.068)
Outras	(1.226)	(1.268)
Total	<u>(8.693)</u>	<u>(10.640)</u>

b) Outras despesas operacionais

	jun/21	jun/20
Processamento	-	4
Convênios operacionais	29.533	29.620
Armazenagem e capatazia	4.188	4.294
Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais	729	2.626
Transações de pagamento	599	1.838
Atualização monetária de contingências	949	981
Despesas com numerários	2.826	754
Outras despesas operacionais	1.329	1.600
Outras contingências	(189)	2.378
Total	<u>39.964</u>	<u>44.095</u>

25. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2020 e 2019, não existiam processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

(i) Provisões cíveis e trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como



risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

(ii) Provisões fiscais - As provisões para riscos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, provisionados no passivo não circulante na rubrica "outras obrigações diversas", substancialmente representado pelos seguintes processos:

- Contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essa causa, o montante provisionado é de R\$ 82.831;
- Contestação quanto à base de receitas de operações de avais e fianças, defendida pelo Fisco Municipal como tributável para o ISS. O montante provisionado é de R\$ 4.240.

As movimentações das provisões para contingências, obrigações legais e depósitos judiciais ocorridas no semestre, estão a seguir apresentadas:

				jun/21	dez/20
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Provisão para contingências					
Saldo inicial	87.099	6.124	1.291	94.514	92.944
Constituições/(reversões)	625	1.516	(464)	1.677	4.435
Pagamentos	0	(1.083)	(31)	(1.114)	(2.865)
Saldo final	87.724	6.557	796	95.077	94.514

				jun/21	dez/20
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Depósitos judiciais					
Saldo inicial	87.660	2.369	1.159	91.188	90.672
Constituições/(reversões)	639	983	356	1.978	5.694
Realizações	(16)	(422)	(678)	(1.116)	(5.178)
Saldo final	88.283	2.930	837	92.050	91.188

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 30 de junho de 2021, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por:

- 36 processos de natureza cível que somam R\$ 9.484 e são originários de ações revisionais de contratos de empréstimos e financiamentos, bem como ações indenizatórias de operações financeiras e indenização por danos materiais e morais.
- Contestação administrativa a exigência da incidência de ISS sobre receitas decorrentes de operações que não se classificam como prestação de serviços, no Município de São Paulo, no montante de R\$ 567.
- 23 processos de natureza trabalhista, que totalizam R\$ 12.821.
- Processo administrativo movido pela Comissão de Valores Mobiliários no montante de R\$ 450.



26. Resultado não Recorrente

	jun/21	dez/20
Lucro líquido	37.790	73.622
Resultados não recorrentes	(1.399)	(4.390)
Adicional da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, líquida de impostos	-	(4.390)
Aumento da alíquota da CSLL em 5%	(1.399)	-
Lucro líquido antes dos efeitos dos resultados não recorrentes	39.189	78.012

Provisão adicional constituída em dez/20 e não motivada para jun/21 por força das adequações realizadas no semestre. O aumento da alíquota da CSLL em 30 de junho de 2021 refere-se ao Crédito Tributário sobre a PDD que será deduzida no segundo semestre de 2021.

27. Gestão de Riscos e de Capital

A política de gerenciamento de riscos e capital no Banco está alinhada às melhores práticas e em conformidade com o arcabouço regulatório emanado do Banco Central do Brasil. A área de Riscos é responsável pela definição, processos e princípios definidos na Declaração de Apetite a Riscos, buscando a permanente adequação às disposições legais e aos efetivos modelos de controles, através do envolvimento da estrutura corporativa e do aculturamento desse tema que se insere em todas as atividades no que tange ao monitoramento e participação de todos na gestão de riscos.

a) Risco de Mercado

A gestão de risco de mercado está fundamentada em políticas internas e diretrizes aprovadas pela Alta Administração, através de efetivos controles com o objetivo de identificar, monitorar e mitigar situações de riscos associados a perdas, nas posições detidas no Banco, decorrentes das oscilações dos dados de mercado (taxas de juros, índices de preços, cupons cambiais e variação cambial).

São realizados testes de estresse sobre o fluxo de ativos e passivos das operações, com a identificação do pior resultado histórico dos indicadores, através da utilização de metodologias de apuração de cenários, de alta e de baixa, com base em dados divulgados por central qualificada.

Análise de Sensibilidade



As análises são realizadas com realização de choques nas medidas de sensibilidade e de controle de perdas, em que demonstra o impacto no valor de mercado das posições quando submetidas a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou taxa do indexador, quando da exposição do risco de mercado, inclusive dos instrumentos financeiros derivativos, conforme segregação a seguir:

a) Carteira de Negociação - composta pelas operações com posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a hedge da carteira de negociação e que haja a intenção de negociá-las antes do seu vencimento contratual, observadas as condições normais de mercado e que não contenham cláusula de inegociabilidade.

b) Carteira Bancária – composta pelas operações não classificadas na Carteira de Negociação e com a característica básica de serem mantidas até o seu vencimento. As posições na carteira bancária são representadas, em sua relevância, por operações de crédito, captações (depósitos à vista e a prazo), títulos e valores mobiliários e demais créditos, as quais estão registradas contabilmente pelas taxas pactuadas na contratação das operações.

Abaixo, encontram-se consolidados os resultados no Banco para a Carteira de Negociação (*Trading*) e da Carteira Bancária (*Banking*):

	30/06/2021				31/12/2020			
	MTM	Stress	Delta	% MTM	MTM	Stress	Delta	% MTM
PL Posições	489.700	489.557	(143)	-	732.037	732.116	79	-
Valor Exposto a <i>Stress</i>	1.201.007	1.200.130	(877)	(0,10%)	1.732.631	1.731.401	(1230)	(0,10%)
Exposição em Derivativos	136.917	137.663	745	0,70%	166.597	167.780	1183	0,70%
Exposição Total	1.227.925	1.337.793	(132)	-	1.339.227	1.339.180	(47)	-

b) Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez é realizada através do acompanhamento e monitoramento diário dos níveis de caixa, das posições ativas e passivas e das exposições contingentes em cenários de estresse. Nesse monitoramento são considerados os limites mínimos de liquidez os quais possibilitam a identificação pontual de exposições em risco de descasamento, nos respectivos fluxos financeiros, objetivando que as liquidações sejam realizadas em tempo hábil e de maneira segura.

As informações são sistematicamente disponibilizadas pela área de Riscos e compartilhadas com a Administração, Tesouraria e Negócios, através de relatórios sobre o comportamento da posição de caixa e do limite mínimo, considerando a alavancagem da carteira em relação ao patrimônio de referência e o fluxo de pagamentos/recebimentos, por data de vencimento, em determinado horizonte.

c) Risco de Crédito



A Gestão de Risco de Crédito estabelece parâmetros de mitigação de risco de inadimplência do tomador, fundamentados na exigência de garantias que sejam compatíveis com a exposição e capacidade financeira do cliente em honrar os compromissos de créditos contratados. Internamente são realizados acompanhamentos das exposições nas áreas de Riscos e de Crédito, com o objetivo de prover subsídios que garantam maior eficiência e otimização das oportunidades de negócios e a manutenção de rentabilidade mínima que compense o risco envolvido nas operações.

A avaliação de crédito se respalda em premissas de análise da exposição, baseada na avaliação do tomador ou contraparte e de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, desvalorização de contrato de crédito, redução de ganhos ou remunerações em função do risco na exposição e vantagens concedidas ao cliente na renegociação ou reestruturação das operações.

A concessão de crédito sustenta-se em decisões do comitê e na observância dos limites de alçada e da análise econômico-financeira do cliente, bem como com a adoção de medidas corretivas e de planos de ação que possibilitem a identificação e mitigação de possíveis perdas ou riscos de crédito nas respectivas operações.

d) Risco Operacional

O gerenciamento do risco operacional e controles internos encontra-se condizente com as atividades e negócios realizados no Banco, utilizando-se de ferramentas capazes de identificar, avaliar e monitorar os seguintes incidentes: fraudes; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; praticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos de ativos físicos; situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição; falhas tecnológicas; falha na execução e cumprimento dos prazos e gerenciamento das atividades; falha na execução, cumprimento de prazos, e gerenciamento de atividades.

Para a adoção desses controles são aplicados procedimentos em conformidade com o arcabouço legal, visando fundamentar o processo de mitigação de riscos que possam impactar na continuidade dos negócios e imagem do Banco, bem como na aplicação de sanções pelos órgãos reguladores e possíveis reparações a terceiros.

O modelo de gestão baseia-se nas três linhas de defesa, compostas pela área de Negócios, Riscos, Controle Internos e Auditoria Interna, respectivamente, as quais são apoiadas por políticas e definições de papéis e responsabilidades, com o contínuo compartilhamento de conhecimentos, informações e reporte à Alta Administração.

e) Risco Socioambiental



A política de gestão do Risco Socioambiental está estabelecida por meio de princípios e diretrizes apoiados em bases regulatórias, cujos procedimentos adotados possibilitam a identificação, controle e mitigação dos riscos associados ao meio ambiente, trabalho análogo ao escravo, trabalho infantil, dentre outros inerentes.

Os clientes e parceiros e as operações e serviços passam por escopo de avaliações e análises, em linha com os fundamentos da Lei Anticorrupção, no contexto da responsabilidade social, e com ênfase nos padrões éticos e de conduta internos e nas relações de trabalho, principalmente na concessão de crédito. A esse conjunto de rotinas estão associadas as análises de Compliance, na apuração dos riscos ligados a danos socioambientais, incorporando-se, com intrínseca relação, os riscos legais, tributários, de imagem e corrupção.

A Diretoria e gestores encontram-se devidamente envolvidos nos processos e alinhados à política de responsabilidade socioambiental, a fim de prover o conhecimento e a disseminação para todo corpo funcional, dos princípios que norteiam a efetiva aplicabilidade nas relações de trabalho e de negócios, com clientes, parceiros, fornecedores e público interno.

f) Risco Reputacional

O Banco Rendimento monitora o risco reputacional perante os seus clientes, funcionários, órgãos reguladores, investidores e mercado em geral, com objetivo de agir tempestivamente na identificação e avaliação de fontes potenciais deste risco, atuando de forma preventiva para a sua mitigação.

g) Prevenção à "Lavagem" de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

O Banco adota mecanismos através de instrumentos de controle, políticas, normas, processos e sistemas específicos de monitoramento nas operações com clientes, fornecedores e parceiros, visando prevenir, detectar e combater a "lavagem" de dinheiro proveniente de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo.

A Administração, por meio da adoção de políticas transparentes e em conformidade com os dispositivos legais, tem participação efetiva na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro e ao combate ao financiamento do terrorismo e demais ações pontuais mitigatórias. O Banco mantém programa de treinamento para todo corpo funcional, alinhado às melhores práticas, assegurando o efetivo cumprimento das rotinas de controle, monitoramento e identificação tempestiva de operações atípicas. Esse modelo de gestão possibilita a sinergia entre as áreas de Negócios e de Controle e evita o uso da estrutura do Grupo para fins ilícitos.

h) Segurança da Informação



O Grupo Rendimento segue as regulamentações legais e prudenciais com a implementação de mecanismos de proteção aderentes às melhores práticas, visando a prevenção de ataques em infraestrutura de TI e sistemas, por meio do monitoramento contínuo do ambiente de tecnologia e de avaliações periódicas de ameaças e controles relacionados à segurança cibernética.

A área de Segurança da Informação trabalha continuamente para melhorar a estratégia de segurança cibernética, de forma a mitigar os riscos e proteger a Instituição e seus clientes de ameaças e vulnerabilidades que possam comprometer a confidencialidade, disponibilidade e integridade das informações.

No tocante à Lei Geral de Proteção de Dados, o Banco Rendimento encontra-se aderente aos procedimentos determinados na referida Lei, adotando as melhores práticas de mercado através da criação de políticas, revisão de processos, adoção de ferramentas, estrutura de controle, monitoramento e proteção de todos e quaisquer meios que possam tornar vulneráveis os dados dos clientes e as informações a eles associadas.

i) Estrutura de Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital tem por objetivo monitorar e controlar o capital através da avaliação das necessidades para o atingimento dos objetivos e das metas estabelecidas pela Alta Administração. A manutenção do nível de capital é realizada, através da elaboração de plano de capital e com a criação de cenários adversos projetados para três anos, compatibilizados com as expectativas de negócios, perspectivas econômicas e ambiente regulatório.

No plano de capital é estimada a capacidade de geração de negócios à compatibilidade futura dos limites operacionais, através da projeção do índice de Basileia realizada por meio de simulações de cenários de estresse, visando a avaliação do nível de capital e a adequada cobertura de possíveis riscos. Essa verificação tem como premissa a adequação e acompanhamento sistemático do Patrimônio de Referência que visa a apresentação dos limites operacionais e dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), composto pelas parcelas de Risco de Crédito, Mercado e Operacional.

O gerenciamento de capital obedece os níveis estratégicos definidos pela alta administração através de gestão compartilhada.

28. Limites operacionais



O nível adequado de capital regulamentar é demonstrado com base na apuração do Índice de Basileia, Índice de Nível I e Índice de Capital Principal, de acordo com a Resolução nº 4.280/13, através de metodologias definidas nas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13.

O Patrimônio de Referência para 30 de junho de 2021 apresentou montante de R\$ 359.130 (R\$ 317.745 em 31 de dezembro de 2020), considerados os ajustes prudenciais. O ativo ponderado pelo risco (RWA) apresentou montante de R\$ 2.378.389 (R\$ 2.031.115 em 31 de dezembro de 2020), cujo consumo de créditos tributários representou maior relevância nas deduções ao capital Nível I, compensadas pelo lucro líquido do Conglomerado de R\$ 37.790 (R\$ 32.786 em 30 de junho de 2020).

	<u>jun/21</u>	<u>jun/20</u>
Patrimônio de Referência – PR	359.130	317.745
Ativo Ponderado pelo Risco	2.378.389	2.031.115
Risco de crédito – RWA _{CPAD}	1.785.236	1.548.392
Risco de mercado – RWA _{MPAD}	52.312	69.167
Risco de exposição cambial – RWA _{CAM}	33.719	44.946
Risco de taxas de juros – RWA _{JUR1}	18.593	24.221
Risco operacional – RWA _{OPAD}	540.841	413.556
Patrimônio de Referência mínimo requerido para o RWA	<u>190.271</u>	<u>162.489</u>
Margem sobre o PR considerando a R _{BAN}	<u><u>167.252</u></u>	<u><u>154.973</u></u>

O índice de Basileia atingiu 15,10% em 30 de junho de 2021 (15,64% em 30 de junho de 2020) apurado de acordo com o estabelecido na Resolução CMN nº 4.193/13, cujos requerimentos mínimos são apurados em bases consolidadas do Conglomerado Prudencial.

29. Eventos Subsequentes

Em 12 de agosto de 2021, conforme proposta da Diretoria, foi realizado o pagamento de dividendos no montante de R\$ 10 MM, referentes a lucros acumulados de exercícios anteriores, registrados em reservas de lucros.

A Administração

Antonio Carlos Sousa dos Santos
 Contador
 CRC – BA 011.012-0